

XXV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS - ANPOCS

Título do trabalho

Gueto, banlieue, favela: ferramentas para se repensar a marginalidade urbana

Seminário Temático 17:

Questão Metropolitana no Brasil: Segregação, Desigualdade e Governança Urbana

Sessão I

Paradigmas teóricos e particularidades históricas nas análises empíricas das desigualdades e da segregação nas grandes metrópoles

Autor

**Loïc Wacquant (University of California-Berkeley /
Centre de sociologie européenne du Collège de France)**
[E-mail: loic@uclink4.berkeley.edu](mailto:loic@uclink4.berkeley.edu)

Caxambu, Outubro/2001

**GUETO, BANLIEUE, FAVELA: FERRAMENTAS PARA SE REPENSAR A MARGINALIDADE
URBANA**

INTRODUÇÃO

Favela no Brasil, *poblacione* no Chile, *villa miseria* na Argentina, *cantegril* no Uruguai, *rancho* na Venezuela, *banlieue* na França, *gueto* nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, localizadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desproporcionalmente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, violência, vício e desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, famílias de trabalhadores de baixa renda e imigrantes não-legalizados é tipicamente retratado de longe, em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal.

Este trabalho conduz o leitor para dentro de duas dessas comunidades em dois países desenvolvidos, a saber, o gueto negro norte-americano e a periferia urbana francesa, para mostrar que não é esse o caso: a marginalidade urbana não é a mesma em todos os lugares e há pouca bizarrria sobre ela. Seus *mecanismos genéricos* e suas *formas específicas* tornam-se inteligíveis se estiverem firmemente ligados à matriz histórica de classe, Estado e do sistema hierárquico característico de cada sociedade. Acontece que precisamos desenvolver imagens mais complexas e diferenciadas dos “marginais da cidade” se quisermos compreender corretamente sua condição social e interpretar seu destino coletivo em contextos nacionais diferentes.

Procuramos examinar e comparar as mudanças no pós-guerra e a formação contemporânea do “Cinturão Negro” americano, relacionando seu discurso e sua realidade com a estrutura, a dinâmica e a experiência de desposseção urbana no desindustrializado “Cinturão Vermelho” francês. Sua investigação empírica e proposta analítica têm um duplo objetivo. O primeiro é o de explicar a *transformação institucional sofrida pelo gueto afro-americano*, depois dos anos 60, ao seguir o exemplo de reorganização do

regime racial, da economia e da constituição política dos Estados Unidos de uma maneira que mais integra do que separa os papéis do mercado de trabalho, da raça e do Estado. O segundo é o de aproximar as diferenças e semelhanças que o “hipergueto” americano apresenta com a decadente “cidade periférica” da França para pôr a prova uma especificação sociológica de *marginalidade avançada*, isto é, o recente regime de clausura excludente e exílio sócio-espacial que surgiu na cidade pós-fordista como resultado de mudanças instáveis nos setores mais avançados das economias capitalistas e da desarticulação da previdência social, a sua relação com aqueles segmentos da classe trabalhadora e categorias etnoraciais dominadas que habitam as regiões mais inferiores do espaço físico e social.

Tendo estudado minuciosamente o reaparecimento inesperado de realidades reprimidas, como a violência coletiva, a miséria e a divisão etnoracial nas metrópoles do Primeiro Mundo nas três últimas décadas, procuramos por em evidência o nexo de cor, classe e Estado no coração racializado da metrópole norte-americana. Rompe com o tropo de “desorganização” e com a tendência ao exótico das pesquisas convencionais sobre pobreza, ao propor uma concepção institucionalista do gueto como uma concatenação historicamente determinada, espacialmente estabelecida de mecanismos de controle etnoracial.¹ Reconstitui a mudança histórica do *gueto comunitário* da metade do século, uma formação sócio-espacial compacta e definida para a qual negros de todas as classes eram despachados e confinados por um conjunto de instituições específicas locais, para o *hipergueto do fin-de-siècle*, uma configuração nova descentralizada, territorial e organizacional, caracterizada por uma segregação conjugada com base na raça e na classe num contexto duplo de redução do mercado e de omissão da política social nos centros urbanos, e de seu correspondente desdobramento em uma polícia ostensiva e onipresente e um aparato penal.

Uma variedade de pesquisas, entrevistas e dados de campo, bem como de observação etnográfica conduzida no lado sul de Chicago em 1988-91, está reunida para delinear a estrutura da vida diária no gueto de hoje e para apontar com precisão os fatores econômicos e políticos que determinaram sua recente evolução, incluindo a informalidade econômica e desproletarização, a continuação de uma severa segregação, a erosão da

¹ Para um relatório condensado das tendências e limitações da pesquisa condutora sobre raça e pobreza urbana nos Estados Unidos, ver Loïc Wacquant, “Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano”, *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 2-2, Outubro de 1996, pp. 145-161.

previdência social americana, e políticas locais de “retração planejada” do setor público. O *colapso das instituições públicas* resultantes das políticas estatais de abandono urbano e repressão punitiva do (sub)proletariado negro emerge como a causa mais potente e a característica da marginalidade entrincheirada nas metrópoles norte-americanas².

Contrasta amplamente a morfologia social, a constituição organizacional e a função metropolitana de “regiões de exílio” no lado sul de Chicago e na periferia parisiense, ressaltando os efeitos da estigmatização territorial e nas estruturas e estratégias sociais locais, e põe a descoberto os princípios de visão e de divisão sociais que moldam a consciência e as práticas de seus respectivos habitantes. Tal análise revela que a decadente periferia urbana francesa e o gueto afro-americano constituem duas *formações sócio-espaciais distintas*, produzidas por lógicas institucionais diferentes de segregação e agregação e tendo como resultado níveis significativamente diferentes de desgraça, isolamento e penúria. O isolamento e banimento agem em zonas raciais consolidadas pela classe e pelo Estado no Cinturão Negro, mas principalmente com base na classe e em parte mitigada pelo Estado no Cinturão Vermelho. O primeiro Cinturão é um universo uniforme etnicamente caracterizado por baixa densidade organizacional e penetração do Estado (e assim de alta insegurança física e social), ao passo que o último é heterogêneo simultaneamente em termos de classe etnoraciais, e com a presença comparativamente forte de instituições públicas.

O balanço de semelhanças e diferenças entre a “nova pobreza” no *banlieue* da França e sua contraforte estrutural nos Estados Unidos ressalta a *dimensão especificamente racial* da exclusão urbana nas metrópoles norte-americanas e confirma que as *estruturas e políticas estatais assumem um papel decisivo* na união de cor, classe e posição social em ambos os lados do Atlântico e, da mesma forma, na gênese e na trajetória da marginalidade avançada em cada país. Também sugere algumas das propriedades que distinguem uma da outra, o regime fordista de pobreza característico das décadas do pós-guerra de expansão industrial, entre outras coisas, o fato de ser abastecido pelas crescentes instabilidade e heterogeneidade da relação trabalho-salário, cada vez mais desconectada das curtas flutuações na economia nacional, e concentrada em territórios estigmatizados e isolados onde a erosão do sentido de “lugar” e a ausência de um idioma

² Estudei essas políticas em “*Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*” (Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Instituto Carioca de Criminologia, 2001), e sua internacionalização em “*Prisões da miséria*” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001).

coletivo de reivindicações exacerbam a experiência e os efeitos da desproletarização e da destituição.

No nascer de um novo século, a incapacidade dos governos dos países desenvolvidos, ou a má vontade de suas classes dominantes convertidas ao neoliberalismo, em checar o acúmulo social e espacial de injustiça econômica, desfiliação social e desonra cultural ao deteriorar a classe trabalhadora e os enclaves etnoraciais da metrópole dual promete provocar inquietação recorrente a um desafio assustador à instituição moderna da cidadania. Esta é uma das maiores forças que alimentam a rápida expansão e o endurecimento uniforme da polícia e das políticas penais armadas contra a pobreza urbana nos Estados Unidos e União Européia. Para fazer uma diferença real, as políticas sociais dirigidas ao combate da marginalidade avançada terão eventualmente de ir além do emprego e mover-se em direção à criação de um direito à subsistência fora da tutela do mercado via algumas variantes de “renda básica”³.

Ao especificar os diferentes mecanismos casuais, as modalidades sociais e as formas experimentais assumidas pelo banimento nas metrópoles americanas e francesas, este texto se empenha também em oferecer ferramentas para se repensar a marginalidade não só nas sociedades do Primeiro Mundo, e em particular para revigorar a sociologia comparativa de polarização social e mudança urbana no Brasil e em outros países da América Latina⁴. Sugere, primeiro, que se deve manter uma clara distinção entre os *conceitos folclóricos* usados pelos administradores públicos, autoridades urbanas e pela população para designar zonas de exclusão, e os *conceitos analíticos* que a pesquisa social deve *construir* para desvendar a sua maquiagem e para compreender a sua posição na estrutura sócio-espacial da metrópole. É alerta para a circulação internacional de conceitos falsos, como o da “sub-classe”, que não são apenas inadequados para serem importados como também não têm validade nas realidades urbanas de seu próprio país, bem como para a imprecisa invocação de noções, como “gueto”, que são meras metáforas ocultando diferenças estruturais e funcionais fundamentais, e dessa forma interrompendo a investigação quando devia dar-lhe continuidade.

³ Philippe Van Parijs “Au delà de solidarité: les fondements éthiques de l’Etat-providence et de son dépassement”, *Futuribles*, 184, Fevereiro de 1994, pp. 5-29, e idem, “*Real Freedom of All*”, Nova York: Oxford University Press, 1995.

⁴ Para uma discussão ampliada sobre o caso da Argentina, ver a introdução de Javier Auyero para Loïc Wacquant, “*Los patios urbanos*”, Ediciones Manantial, 2001, e seu “*Poor People’s Politics: Peronist Survival Networks and the Legacy of Evita*”, Durham: Duke University Press, 2000, especialmente os capítulos 1 e 2.

Em segundo lugar, é útil para distinguir pelo menos, entre a *condição* social característica de uma área de banimento, sua *posição* no sistema hierárquico de cada sociedade, e a *função* que exerce na organização social de cada metrópole. Algumas dessas regiões servem como reservatórios ativos e elásticos de força de trabalho de baixa habilidade; outras, são apenas armazenamento de população excedente sem utilidade política e econômica identificável no novo capitalismo dualizante; outros ainda são depósitos, meramente espaciais, para o exílio de categorias sociais indesejáveis. Assim, no Brasil, o mesmo rótulo de *favela* pode conter áreas estáveis que continuam a oferecer abrigos sólidos de integração da classe trabalhadora dentro da cidade, zonas nas quais as vítimas da “desindustrialização regressiva” são entregues ao seu próprio destino na economia informal nas ruas, cada vez mais dominada por atividades criminosas, e enclaves de *marginais* definidos pela experiência de estigma do grupo e de mancha coletiva⁵.

Finalmente, necessita-se especificar o *grau e a forma de penetração do Estado* em comunidades relegadas bem com a cambiante, e muitas vezes contraditória, relação que seus habitantes mantêm com vários funcionários, escolas, hospitais e agências públicas, com a burocracia da habitação e da previdência social, com os tribunais e a lei. Não se pode presumir que essa relação seja estática, uniforme, ou adequadamente traduzida pela generalizante expressão “clientelismo”: pois mesmo quando eles deixam de subverter os “rituais de marginalidade” que os unem às elites governantes, a ação coletiva dos pobres urbanos gera compreensões novas e laços multitrancados que abrem espaço para autonomia e crítica sociais⁶. Entre as instituições estatais, uma particular atenção deve ser dada à polícia como um órgão de linha de frente que está cada vez mais encarregado da manutenção, não somente da ordem pública mas, num sentido muito concreto que o leva de volta à sua missão histórica original, da nova ordem de desigualdade social vertiginosa e de uma conjunção explosiva de miséria feroz e de estupenda afluência criada

⁵ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, “Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo?”, *Novos Estudos CEBRAP*, 45, Julho de 1996, pp. 167-182; Lícia Valladares, “The Favela Revisited: The Poor from Community to Violence”, dissertação apresentada aos encontros da Associação Internacional de Sociologia, Agosto de 1998; Ayse Pamuk e Paulo Fernando Cavallieri, “Alleviating Urban Poverty in a Global City: New Trends in Upgrading Rio de Janeiro’s Favelas”, *Habitat International*, 22-4, Dezembro de 1998 pp. 449-462; e Vera Malaguti Batista, “*Difíceis ganhos fáceis. Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*”, Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1998.

⁶ Carlos G. Velez-Ibanez, “*Rituals of Marginality: Politics, Process and Culture Change in Urban Central México, 1969-1974*”, Berkeley: University of California Press, 1983.

pelo capitalismo neoliberal nas cidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento por toda a parte do globo⁷.

LÓGICAS DE POLARIZAÇÃO URBANAS: O OLHAR A PARTIR DE BAIXO*

Todos os fenômenos sociais são, até certo ponto, trabalho da vontade coletiva, e vontade coletiva implica escolha entre diferentes opções possíveis... O reino do social é o reino do método.

Marcel Mauss, “*La Civilisation. Eléments et Formes*” (1929)

Analisamos as principais modalidades por meio das quais novas formas de desigualdade urbana e marginalidade estão se espalhando através das sociedades avançadas do capitalismo ocidental, abastecendo o processo de polarização “a partir de baixo”, por assim dizer, multiplicando posições sociais e encurralando populações situadas em uma crescente retirada das camadas médias e superiores da estrutura de classes. A discussão se desdobra em dois passos.

Primeiro, eu esboço uma caracterização concisa do que penso ser um *novo regime de marginalidade urbana*. Esse regime tem sido predominante nas três últimas décadas aproximadamente, desde o encerramento da era fordista definida pela padronização da produção industrial, pelo consumo de massa e por um contrato social keynesiano amarrando a todos sob a tutela do estado do bem-estar social. No entanto, seu impacto total permanece à frente de nós, porque seu advento está vinculado aos setores mais avançados da nossa economia – esse é o motivo porque me refiro a este impacto como “marginalidade avançada”. Não se trata de um resíduo do passado, como as teorias de desindustrialização e de desajuste espacial ou de habilidade (*skills or spatial mismatch*) apresentam, mas um precursor do futuro. Identificar propriedades distintivas deste regime de marginalidade urbana em consolidação, atrelado ao predominante modo de crescimento capitalista, nos ajuda a localizar o que exatamente é novo a respeito da “nova pobreza”, da qual a cidade é o espaço e a fonte, e por que velhas soluções como o aumento do crescimento econômico e de uma extensa esfera do trabalho assalariado apresentam resultados insignificantes.

Segundo, eu me volto às questões que implicitamente ou explicitamente guiam os debates europeus a respeito do ressurgimento da miséria, da divisão e da tensão nas metrópoles em transformação, isto é, estaremos testemunhando uma *convergência épica de regimes*

⁷ Sobre essa questão, o trabalho de referência é o de Paul Chevigny, “*Edge of the Knife: Police Violence in the Americas*”, Nova York: New Press, 1995.

* Publicado em CROMPTON, Rosemary; DEVINE, Fiona; SAVAGE, Mike; e SCOTT, Joohn, (eds.), *Logics of Urban Polarization*, Cambridge: Basil Blackwell.

de pobreza urbana através do Atlântico? Eu penso que, ao contrário dos retratos jornalísticos superficiais e dos pronunciamentos acadêmicos apressados, não estamos. Embora isso seja abastecido por forças estruturais comuns, a rejeição urbana segue dinâmicas sociais e espaciais diferentes nos dois continentes, que correspondem às diferentes estruturas de Estado, aos caminhos de incorporação cívica e aos legados urbanos do Velho e do Novo Mundo. Aglomerar estas dinâmicas diversificadas sob a polivalente expressão “americanização” (ou sob uma de suas derivações, como racialização, guetização ou multiculturalismo, como muitos analistas urbanos estão acostumados a fazer) não é empiricamente esclarecedor, nem tampouco analiticamente frutífero. Esse ressurgimento combinado de desigualdade e a crescente hegemonia de concepções norte-americanas sobre o globo não deveria nos cegar para as persistentes divergências sobre as formas como a sociedade produz, organiza e reage à polarização urbana, *mesmo quando suas origens estruturais são similares* através das sociedades. Ao mesmo tempo, as elites de Estado européias devem ter cuidado em perseguir políticas públicas inspiradas pelo neoliberalismo, que reforça sanções cegas ao mercado na alocação do espaço, do emprego e do povo, e tende a isolar zonas urbanas e populações bem-definidas, encorajando-as desse modo a perseguir estratégias de vida divergentes e até mesmo opostas, que podem deslanchar ciclos autoconsolidados de involução social não diferentes daqueles que sustentam a segmentação e a guetização nos Estados Unidos.

Este capítulo, então, é um esforço para diagnosticar as amplas forças e formas sociais com as quais nossa atual e difícil situação está impregnada e que promete alimentar a polarização na metrópole do amanhã – a não ser que exercitemos nossa “vontade coletiva”, como Marcel Mauss advertia, e agirmos para frear esses mecanismos e tomarmos rumo a uma direção diferente. Há uma ênfase em toda a conversa sobre renascimento urbano e prosperidade que acompanha a celebração milenarista de 2000, mas para aqueles destinados ao âmbito mais baixo da estrutura ocupacional dualizante e aos decadentes bairros de cidades outrora industriais, a prosperidade da “nova economia” ainda está por vir e a auspiciosa promessa da “era da informação” permanece como um amargo conto de fadas.

SINTOMAS DA MARGINALIDADE AVANÇADA NA CIDADE

O fim do século XX testemunha momentos de transformação das raízes, da composição e das conseqüências da pobreza urbana na sociedade ocidental. Com a aceleração da modernização econômica causada pela reestruturação global do capitalismo, a

cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho (promovida pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e pelo aumento da mobilidade de trabalhadores através das porosas fronteiras nacionais) e o crescimento de singulares indústrias de conhecimento intensivo baseadas em revolucionárias tecnologias de informação e geradoras de uma estrutura ocupacional dual, chegamos ao que se pode chamar de *modernização da miséria* – o surgimento de um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana que contrasta com o regime predominante durante as três décadas do pós-guerra (para uma discussão mais completa, ver Wacquant 1996a).

Onde a pobreza nas metrópoles ocidentais costumava ser amplamente residual e cíclica, encravada em comunidades proletárias, geograficamente difusa e considerada remediável através da subsequente expansão do mercado, parece estar agora cada vez mais desconectada, a longo prazo, se não permanentemente, das tendências macroeconômicas e fixada sobre malafamados bairros de exílio nos quais o isolamento e a alienação social se alimentam um do outro, enquanto o abismo entre aqueles lá confinados e o resto da sociedade se aprofunda. A consolidação deste novo regime de marginalidade urbana está trilhando rumos diversos e tomando diferentes formas nos diversos países do Primeiro Mundo. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, tem sido intensamente facilitada pelas políticas indiscriminadas de contenção de despesas estatais perseguidas igualmente por partidos conservadores e liberais nas últimas décadas. O padrão americano também é muito peculiar pelo rígido e teimoso ostracismo espacial e social imposto aos negros nos principais centros urbanos. Em outras nações com fortes estados de previdência corporativista ou socialdemocrata e cidades que de longe apresentam menor segregação, como a Europa setentrional e a Escandinávia, a instalação da marginalidade avançada foi parcialmente atenuada, mas não completamente defletida. E isso confundiu-se com a perturbadora questão da integração de imigrantes e refugiados do Terceiro Mundo, como se percebe através da agonia em torno da cristalização de “guetos” de imigrantes, mobilizando o continente de Marselha a Munique, de Bruxelas a Brindisi (para e.g., Hadjimichalis e Sadler, 1995, Mingione, 1996).

Qualquer que seja o rótulo utilizado para designá-la – “subclasse” na América e Grã-Bretanha, “nova pobreza” nos Países Baixos, Alemanha e Norte da Itália, “exclusão” na França, Bélgica e Países Nórdicos – a propagação dos sinais da nova marginalidade torna-se imediatamente familiar até para o observador casual das metrópoles ocidentais: homens sem-teto e famílias revolvendo à sua volta inutilmente em busca de abrigo, pedintes nos transportes públicos cuspidos estórias comoventes de desastres pessoais e de abandono, pontos de distribuição de sopa para os pobres apinhados, não

somente com mendigos, mas também com desempregados e subempregados; o surto de crimes predatórios e a explosão da economia informal (e freqüentemente ilegal) de rua encabeçada pelo comércio de drogas; o desânimo e a fúria da juventude excluída de empregos remunerados e o ressentimento dos velhos trabalhadores tornados obsoletos pela desindustrialização e pelo aperfeiçoamento tecnológico; a sensação de retrocesso, o desespero e a insegurança que permeia bairros pobres, presos em uma interminável espiral de deterioração; e a escalada da violência etnorracial, da xenofobia e da hostilidade em direção aos pobres, como expressa, por exemplo, a proliferação de medidas penais e policiais contra vadiagem e outros “comportamentos subcriminosos”, constituindo-se uma “criminologia de intolerância” (Young, 1999, pp. 121-140). Em toda parte, elites do Estado e especialistas em políticas públicas tornaram-se extremamente preocupados em prevenir e conter as “desordens” nascentes dentro e em torno dos enclaves de declínio e abandono urbano em expansão. Por isso o crescimento de pesquisas sobre a destituição e o declínio urbano financiados por várias entidades nacionais e transnacionais, incluindo a Comissão Européia (com seu Programa Direcionado à Área Sócio-Econômica⁸ em exclusão e integração), a OCDE e até a OTAN, no lado europeu, e as principais fundações filantrópicas em portos americanos.

QUATRO LÓGICAS ESTRUTURAIS ABASTECEM A NOVA MARGINALIDADE URBANA

Mas as propriedades estruturais distintivas da “miséria modernizada” são muito menos evidentes do que suas manifestações concretas. Esquemáticamente, o regime de marginalidade emergente pode ser caracterizado como o produto de quatro lógicas que conjuntamente reconfiguram as características da pobreza urbana em sociedades ricas e promovem a multiplicação de posições situadas próximas ou na base da hierarquia espacial e social. Essas características colocam-se em evidente contraste com os atributos-chefe da pobreza na era da expansão fordista desde aproximadamente a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos setenta.

1. Dinâmica macrossocial – dualização ocupacional e o ressurgimento da desigualdade social: A marginalidade urbana não resulta do atraso econômico, da indolência ou da decadência, mas do *surgimento da desigualdade no contexto do avanço econômico global* e da prosperidade.

⁸ *Targeted Socio-Economic Program.*

Possivelmente a característica mais enigmática da nova marginalidade é, de fato, estar se espalhando em uma era de robusto mas inconstante crescimento, que trouxe melhoramentos materiais espetaculares para os membros privilegiados das sociedades de Primeiro Mundo. Apesar da conversa ritual a respeito da “crise” mantida por políticos na maior parte das últimas duas décadas, todos os países capitalistas dominantes observaram o seu PIB se expandir e a riqueza coletiva aumentar rapidamente a partir da “crise do petróleo” dos anos setenta. Opulência e indigência, luxo e penúria, profusão e míngua floresceram lado a lado. Assim, a cidade de Hamburgo, a mais rica da Europa segundo alguns cálculos, exibe tanto a maior proporção de milionários, quanto a mais alta incidência de recebimento de assistência pública na Alemanha, enquanto Nova Iorque abriga a maior classe alta do planeta, mas também o maior exército de sem-teto e destituídos do hemisfério ocidental (Mollenkopf e Castells, 1991).

Os dois fenômenos, apesar de aparentemente contraditórios, estão na realidade ligados. As novas formas de produtividade e busca dos lucros no degradado setor manufatureiro “*high-tech*” e no setor de serviços de negócios e financeiros que conduzem o capitalismo *fin-de-siècle* estão fragmentando a força de trabalho e polarizando o acesso ao emprego e às suas recompensas. A modernização pós-industrial traduz-se, por um lado, na multiplicação de postos altamente qualificados e remunerados para profissionais com curso superior e para técnicos e, por outro lado, no engavetamento e eliminação imediata de milhões de empregos, assim como no inchaço de vagas em serviços casuais, para trabalhadores desqualificados (Sassen, 1991, Carnoy *et al.*, 1993). A crescente concentração de riquezas no topo da estrutura de classes, tanto na forma de renda como de propriedade, gerou uma forte demanda por uma qualidade pós-industrial de trabalhadores domésticos urbanos suprida em grande parte por trabalho imigrante barato que atende em todos os níveis às necessidades domésticas da nova nobreza corporativa: levar e trazer crianças para escola, passear com o cachorro, cozinhar, limpar, além de manter a casa abastecida e prover segurança pessoal. E, o que é pior, a produção e o crescimento dos sem-emprego em diferentes setores econômicos não é uma possibilidade utópica, mas uma realidade agridoce. Veja o esvaziamento virtual do porto de Roterdã, talvez o mais moderno do mundo e principal responsável para o aumento do desemprego nesta cidade holandesa, acima da marca dos 20% no começo dos anos 90.

Quanto mais a renovada economia capitalista avança, mais amplo e profundo é o alcance da nova marginalidade, e mais repletas as fileiras daqueles arremessados na garganta da

miséria, sem trégua nem recursos, mesmo quando as taxas oficiais de desemprego caem e a renda aumenta no país. Em 1994, o *U.S. Census Bureau*⁹ relatou que a taxa de pobreza chegou ao índice mais alto dos últimos dez anos, atingindo 15,1% (para um desconcertante total de 40 milhões de pessoas pobres), apesar de dois anos de vigorosa expansão econômica. Depois de cinco anos, a taxa de pobreza em grandes cidades mal saiu do lugar, apesar da mais longa fase de crescimento econômico da história nacional e a mais baixa taxa de emprego oficial em três décadas. Enquanto isso a União Européia registra um recorde com 52 milhões de pobres, 17 milhões de desempregados e 3 milhões de sem-teto – e a contagem continua – face a um crescimento econômico renovado e à competitividade global aprimorada. Enquanto grandes firmas multinacionais, como a Renault e a Michelin na França, chegam a lucros sem precedentes e vêem os valores de suas ações dispararem, elas também dispensam trabalhadores aos milhares.

Colocado de outra forma, a marginalidade avançada parece ter sido “desacoplada” das flutuações cíclicas da economia nacional. A consequência é que uma melhora evidente da receita agregada e do emprego tem pouco efeito benéfico sobre as oportunidades de vida nos bairros de exílio da Europa e dos Estados Unidos, enquanto uma piora evidente aumenta a sua deterioração e desgraça. A não ser que esta desconexão seja de alguma forma remediada, o crescimento econômico futuro promete produzir mais desarranjo urbano entre aqueles mergulhados e aprisionados no fundo da ordem urbana emergente.

2. Dinâmica econômica – a dessocialização do trabalho assalariado: A nova marginalidade urbana é o subproduto de uma dupla transformação da esfera do trabalho. Uma é quantitativa e abrange a eliminação de milhares de trabalhos de pouca qualificação sob a pressão combinada da automação e da competição do trabalho estrangeiro. A outra é qualitativa, envolve a degradação e a dispersão de condições básicas de emprego, remuneração e seguro social de todos, menos daqueles trabalhadores assalariados mais protegidos. As duas combinadas alimentam o processo de polarização a partir de baixo.

Primeiro, desde o tempo em que Friedrich Engels escreveu sua clássica revelação sobre as condições da classe trabalhadora nas fábricas de Manchester até a crise dos principais centros industriais do capitalismo Euro-Americano um século e meio depois, teve-se a pretensão de que trabalho assalariado crescente fornecia uma solução viável e eficaz para o problema da pobreza urbana. Sob o novo regime econômico, esta assunção é, no melhor dos casos, duvidosa, e, no pior, simplesmente incorreta. Uma significativa

⁹ Departamento de Censo dos EUA.

fração da classe trabalhadora foi convertida em supérfluo e compõe um “excedente populacional perfeito” que provavelmente nunca encontrará trabalho de novo. Isso é particularmente verdadeiro para velhos trabalhadores industriais dispensados devido ao fechamento e ao remanejamento de fábricas: é improvável que eles adquiram as habilidades e os contatos necessários para se converterem em flexíveis trabalhadores do setor de serviços. De qualquer maneira, dado o afrouxamento da ligação funcional entre atividade macroeconômica e as condições sociais dos bolsões pobres das metrópoles de Primeiro Mundo, e considerando os aumentos de produtividade possibilitados pela automação e computadorização, mesmo taxas de crescimento milagrosas não poderiam absorver de volta à força de trabalho aqueles que foram desproletarizados, isto é, firme e forçosamente expulsos do mercado de trabalho assalariado e substituídos por uma combinação de máquinas, trabalho imigrante barato e trabalhadores estrangeiros (Rifkin, 1995).

Segundo, e mais importante, o caráter da relação trabalho-salário tem mudado nas últimas duas décadas de tal forma que não garante mais uma proteção infalível contra a ameaça da pobreza, mesmo para aqueles que dela se beneficiam. Com a expansão de trabalhos de meio período, de jornada “flexível” (*flextime*) e temporários que oferecem menos benefícios, a erosão da proteção sindical, a difusão da escala de duas faixas salariais (*two-tier scale*), o ressurgimento de “*sweatshops*”¹⁰, da empreitada e de salários de fome e o crescimento da privatização de bens sociais, como a saúde, *o próprio contrato assalariado tornou-se uma fonte de fragmentação e precarização* ao invés de homogeneidade social e segurança para aqueles destinados aos segmentos periféricos da esfera do emprego (e.g., European Economic Community, 1989, Mabit, 1995, MacDonald e Sirianni, 1996). Durante a era dourada do fordismo, o trabalho assalariado tendia a homogeneizar a força de trabalho criando destinos em comum ao longo de uma vida presa ao esquema “40-50-60”: emprego de quarenta horas semanais por cerca de cinquenta semanas ao ano até a aposentadoria aos sessenta. Com o início do “trabalho assalariado dessocializado”, o emprego não oferece mais uma estrutura temporal e social porque os termos do contrato de trabalho estão cada vez mais diversos e personalizados, a garantia de emprego está curta e instável e o crescente número de postos de trabalho não trazem com eles proteção contra a privação material, doenças, desemprego, para não mencionar uma aposentadoria decente. Resumindo, o crescimento econômico e sua correspondente expansão do setor assalariado, que costumava fornecer a cura universal contra a pobreza e a polarização, hoje faz parte da doença.

¹⁰ Literalmente “lojas de suor”: empresa que explora os empregados exigindo-lhes trabalho excessivo e pagando-lhes salários de fome.

3. Dinâmica política – a reconstrução dos estados de bem-estar: A fragmentação e dessocialização do trabalho não são os únicos fatores que abastecem o crescimento da nova pobreza urbana, já que, junto com as forças de mercado, os estados de bem-estar são grandes produtores e modeladores da desigualdade urbana e da marginalidade. Estados não apenas apresentam programas e políticas com a intenção de “passar um esfregão” nas mais evidentes conseqüências da pobreza e amortecer (ou não) seus impactos sociais e espaciais. Eles também ajudam a determinar quem será relegado, como, onde e por quanto tempo. Os Estados são, por si sós, os principais motores de estratificação e em nenhum lugar isso é mais evidente do que no fundo da ordem socioespacial (Esping-Andersen 1993): eles fornecem ou impedem o acesso à educação adequada e treinamento profissional; eles estabelecem condições para entrada e saída do mercado de trabalho através de regulamentações administrativas de contratação, dispensa e aposentadoria; eles distribuem (ou falham em distribuir) bens de subsistência básicos, como moradia e complemento de renda; eles apóiam ou impedem ativamente o planejamento familiar e de moradia; e eles co-determinam tanto a intensidade material e a exclusividade geográfica quanto a densidade da miséria através de tumultuados esquemas administrativos e fiscais.

A redução e a desarticulação do estado de bem-estar são as duas principais causas da deterioração e destituição social visíveis nas metrópoles das sociedades avançadas. Isto é particularmente evidente nos Estados Unidos, onde a população coberta por planos da previdência social diminuiu nas últimas duas décadas enquanto programas direcionados aos pobres eram cortados e depois transformados em instrumento de fiscalização e controle. A recente “reforma da Previdência Social”, maquinada pelos republicanos no congresso e sancionada pelo Presidente Clinton no verão de 1996, é emblemática desta lógica (Wacquant 1997a). Ela substitui o direito a auxílio público pela obrigação de trabalhar, se necessário em empregos inseguros, por salários abaixo do padrão, para todas as pessoas fisicamente aptas, incluindo mães jovens com crianças dependentes. Ela reduz drasticamente os fundos para auxílio e cria um teto máximo possível para a assistência pública. Por último, transfere a responsabilidade administrativa do governo federal para os cinquenta estados e seus municípios, agravando assim as já existentes desigualdades de acesso à Previdência e acelerando a incipiente privatização de políticas sociais.

Uma lógica similar de redução e devolução presidiu as mudanças, graduais e em grande escala, dos sistemas de transferência social no Reino Unido, Alemanha, Itália e França. Mesmo os Países Baixos e os países escandinavos implementaram medidas com

intenção de reduzir o acesso à assistência pública e frear o crescimento do orçamento social. Por toda parte o pretexto da “globalização” e o estrangulamento fiscal imposto pelo tratado de Maastricht têm servido para justificar essas medidas e para desculpar o desinvestimento social em áreas outrora pertencentes à classe trabalhadora altamente dependente das provisões estatais de bens públicos. A crescente deficiência dos projetos nacionais de previdência tem estimulado autoridades regionais e locais a instituir seus próprios programas “tapa-buraco” de apoio (especialmente em resposta à falta de moradia e ao desemprego de longo prazo), que por sua vez, tem aumentado a complexidade, a heterogeneidade e a desigualdade administrativa das provisões sociais.

Agora, a irrelevância do “Estado nacional” tornou-se um lugar-comum das conversas intelectuais ao redor do mundo. Está na moda, hoje em dia, lamentar-se da incapacidade de instituições políticas centralizadas em interromper o crescente desarranjo social conseqüente da reestruturação global capitalista. Mas discrepâncias amplas e persistentes na incidência e persistência da pobreza, assim como nos padrões de vida, na (i)mobilidade e diferenciação espacial dos pobres urbanos em diferentes países, sugerem que as novas acerca do fim do Estado de bem-estar nacional foram em grande medida exageradas. Assim, no fim dos anos 80, impostos e programas de transferência ergueram a maioria das moradias pobres a índices próximos da média nacional do nível de renda nos Países Baixos (62%) e na França (52%); na Alemanha Ocidental apenas um terço das famílias pobres escaparam da pobreza graças ao suporte governamental e nos Estados Unidos virtualmente nenhuma. A destituição extrema foi eliminada entre as crianças em países escandinavos enquanto infesta uma a cada seis crianças (e uma em cada duas crianças negras) nos Estados Unidos (estes dados foram retirados de McFate, Lawson, e Wilson, 1995; uma revisão mais analítica nesta questão está em Kangas, 1991). Estados fazem diferença – isto é, quando eles se importam. Portanto é imperativo trazê-los de volta ao epicentro da sociologia comparada da marginalidade e da polarização como instituições *saneadoras*, assim como *produtivas*.

4. Dinâmica espacial – concentração e estigmatização: Nas décadas do pós-guerra da expansão industrial, a pobreza na metrópole estava largamente distribuída através dos distritos proletários e tendiam a afetar uma interseção de trabalhadores manuais e desqualificados. Em contraste, a nova marginalidade apresenta uma tendência distinta em conglomerar-se e aglutinar-se em torno de áreas “barra pesada”, “proibidas” que são claramente identificadas – não só por quem é de fora, mas por seus próprios residentes – como antros

urbanos abundantes em privação, imoralidade e violência, onde apenas os párias da sociedade suportariam viver.

Nantua na Filadélfia, Moss Side em Manchester, Gutleutviertel em Hamburgo, Brixton em Londres, Nieuwe Westen em Rotterdam, Les Minguettes no subúrbio de Lyon e Bobigny na periferia parisiense: estes bairros arraigados na miséria “fizeram seus nomes” como receptáculos de todas as doenças urbanas deste tempo, lugares a serem evitados, temidos e condenados. Pouco importa que os discursos de demonização que proliferaram sobre eles geralmente tenham apenas tênues conexões com a realidade do seu dia-a-dia. Um *estigma territorial impregnado*, fortemente atrelado aos residentes desses bairros de exílio sócio-econômico, acrescenta o seu fardo à vergonha da pobreza e ao preconceito que ressuscita contra minorias etnoraciais e imigrantes (uma excelente análise deste processo de estigmatização pública é oferecida por Damer [1989] para o caso de Glasgow).

Junto com a estigmatização territorial vem uma pronunciada diminuição do senso de comunidade que costumava caracterizar as classes trabalhadoras locais mais antigas. Agora, o bairro não oferece mais um escudo contra as inseguranças e as pressões do mundo exterior, uma paisagem familiar e reconfortante perdeu-se junto com propósitos coletivos e formas de reciprocidade. Ele se torna um espaço de competição e conflito vazio, um campo de batalha repleto de perigos para a prova diária de sobrevivência e fuga. Este enfraquecimento de laços comunais baseados no território abastece, por sua vez, uma retirada para a esfera do consumo privado e para estratégias de distanciamento (“Eu não sou um deles”) que minam ainda mais as solidariedades locais e confirmam percepções depreciatórias da vizinhança. Precisamos estar atentos para a possibilidade de que isso possa ser um fenômeno transitório (ou cíclico), que eventualmente seguirá em direção a uma desconcentração espacial ou difusão da marginalidade urbana. Mas, para aqueles atualmente destinados à base do sistema hierárquico dos lugares que compõem a nova ordem espacial da cidade, o futuro é agora. Da mesma forma, é necessário ser enfatizado que tais bairros de exílio são criaturas das políticas estatais para assuntos de moradia, cidade e planejamento regional. No fundo, então, sua emergência, consolidação e eventual dispersão são essencialmente questões políticas.

O ESPECTRO DA CONVERGÊNCIA TRANSATLÂNTICA

Uma questão aparece na cabeça de todos, quando o assunto é a deterioração das condições sociais e das oportunidades de vida nas metrópoles do Velho Mundo: o crescimento

da nova marginalidade aponta para uma reaproximação estrutural entre a Europa e os Estados Unidos nos moldes deste último (veja, por exemplo, Cross, 1992, Musterd, 1994, van Kempen e Marcuse, 1998, Haüßerman, Kronauer e Siebel, no prelo). Colocada nestes termos simplistas, ou isto ou aquilo, a questão mal admite uma resposta analiticamente rigorosa. Regimes de marginalidade urbana são feras caprichosas e complexas; eles são compostos por conjuntos de articulações imperfeitas de mecanismos institucionais amarrando economia, Estado, lugar e sociedade, que não evoluem em uníssono e, além disso, diferem significativamente de país para país, como concepções nacionais e institucionais de cidadania. É, portanto, necessário reformularmos primeiro esta pergunta.

Se, por convergência, alguém quer dizer que a distribuição por atacado da “americanização” dos padrões urbanos de exclusão na cidade européia, conduzindo ao caminho da *guetização*, como aquela imposta sobre os afro-americanos desde sua urbanização no início do século XX (i.e., o surgimento de uma formação socioespacial segmentada, paralela, servindo ao duplo objetivo de exploração e ostracismo de uma categoria etnorracial determinada), então a resposta é claramente negativa (Wacquant 1996b). Contrária às primeiras impressões e ao relato superficial da mídia, a mudança total da metrópole continental não acionou um processo de guetização: não está espalhando conjuntos socioespaciais culturalmente uniformes baseados na rejeição forçada de populações estigmatizadas para bolsões onde estas populações desenvolvem grupos e organizações locais específicos que substituem e funcionam como réplicas da estrutura institucional da sociedade mais ampla, mesmo que em um nível inferior e incompleto.

Não há gueto turco em Berlim, nem gueto árabe em Marselha, nem gueto surinamês em Rotterdam e nem gueto caribenho em Liverpool. Agrupamentos residenciais e comerciais abastecidos por afinidade étnica existem em todas as cidades. Discriminação e violência contra imigrantes (ou imigrantes putativos) são também aspectos brutais da vida em todos os grandes centros da Europa (Wrench e Solomos, 1993, Björge e White, 1993). Combinado com sua distribuição típica nas classes inferiores e as altas taxas de desemprego, isto explica a representação desproporcional de populações de origem estrangeira em territórios urbanos de exílio. Mas discriminação e até segregação não é guetização. Tais concentrações imigrantes, como existem tais, não são produto do aprisionamento institucional do grupo edificado em um rígido confinamento espacial – como evidenciado pelas crescentes taxas de casamentos interétnicos e difusão espacial quando há melhoria de posição social e educacional (Tribalat, 1995). Realmente, se alguma coisa caracteriza o bairro de exílio que se espalhou através do continente quando os mecanismos de reprodu-

ção da classe trabalhadora titubearam, é sua extremada heterogeneidade étnica, assim como sua incapacidade de suprir as necessidades básicas e abarcar a rotina diária de seus habitantes, duas propriedades que fazem deles *antiguets*.

Se convergência sugere que *ciclos autoconsolidados de dilapidação ecológica, privação social e violência*, resultando em um esvaziamento espacial e abandono institucional, são agora ativos no continente, então novamente a resposta à nossa questão é negativa, porque as áreas européias de exílio urbano, que formam nós de polarização, de certo modo permanecem, com poucas exceções (como as cidades do sul italiano), profundamente permeadas pelo Estado. Esta forma de triagem e desertificação intencional de áreas urbanas para “economizar” serviços públicos em que caiu a metrópole americana é inimaginável no contexto político europeu, com sua refinada burocracia monitorando o território nacional. Ao mesmo tempo, não há dúvidas de que a capacidade dos Estados europeus de governar seus territórios de exílio está sendo severamente testada e pode se mostrar insuficiente para a tarefa, se a recente tendência em direção à concentração espacial de desemprego persistente continuar a mesma (Engbersen, 1997).

Finalmente, se a convergência tem a intenção, mais modesta, de realçar a *crecente proeminência das tensões e divisões etnorraciais* nas metrópoles européias, então a resposta é um qualificado e provisório sim, embora com as seguintes importantes condições. Primeiro, isto não necessariamente implica que o processo de “racialização” do espaço está a caminho e que as sociedades do Velho Mundo estão testemunhando a formação de “minorias” no sentido de comunidades étnicas mobilizadas e reconhecidas *como tal* na esfera pública. Segundo, conflito etnorracial não é um fenômeno novo na cidade européia: ele surgiu publicamente e repetidamente no século passado durante os períodos de abrupta reestruturação econômica e social – o que significa também que há nele pouco que seja nitidamente “americano” (Moore, 1989, Noiriel, 1989). Por último, e ao contrário do padrão americano, o suposto conflito racial nas cidades do Velho Mundo é abastecido, não por um crescente *vão* entre imigrantes e nativos, mas por sua maior *propinqüidade* no espaço físico e social. Exclusivismo etnorracial é uma reação nativista da classe trabalhadora autóctone à sua abrupta mobilidade descendente antes de expressar uma profunda conversão ideológica para uma expressão racista (ou racialista). Apesar dos pronunciamentos coletivos com caráter de moda passageira a respeito da “globalização da raça”, o aumento da proeminência de etnicidade no discurso público europeu pertence tanto a políticas de classe como a políticas individualistas.

ENFRENTANDO A MARGINALIDADE AVANÇADA: A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO PENAL

Em seu esforço por atacar as formas emergentes de relegação urbana, Estados-nação têm pela frente uma alternativa de três pontas. A primeira opção, um meio-termo, consiste em *remendar* os programas existentes do Estado-previdência. Claramente, isso não significa dar cabo do trabalho, ou os problemas impostos pela marginalidade avançada não exerceriam tanta pressão hoje. Alguém pode até argumentar que tais respostas locais gradativas e crescentes à dilaceração causada pela polarização urbana ajudam a perpetuar esta última na medida em que abastecem a cacofonia e a ineficiência burocrática.

A segunda solução regressiva e repressiva é *criminalizar a pobreza através do refreamento punitivo dos pobres* em bairros cada vez mais isolados e estigmatizados, por um lado, e em cadeias e penitenciárias, por outro. Este é o caminho seguido pelos Estados Unidos desde os levantes dos guetos nos anos sessenta (Rothman, 1995). Não é coincidência se a estupenda expansão do setor carcerário do Estado americano – a população encarcerada quadruplicou em vinte e cinco anos e as prisões chegaram a ser o terceiro maior empregador do país, mesmo com os níveis de criminalidade permanecendo *grosso modo* constantes naquele período – ocorreu assim que o (sub)emprego casual espalhou-se e a assistência pública minguou antes de ser “reformada” em um sistema de emprego forçado. A atrofia do Estado social e a hipertrofia do Estado penal são duas transformações complementares e correlativas que fazem parte da instituição de um novo governo da miséria, cujas funções são precisamente impor trabalho assalariado dessocializado como norma de cidadania enquanto provê um substituto funcional para o gueto como mecanismo de controle racial (Wacquant, 1998).

Enquanto os Estados Unidos são verdadeiramente incomuns pelo empenho com o qual eles abraçaram esta “solução” para a polarização racial e a proporção com que eles a implementaram, a tentação em contar com a polícia e as instituições carcerárias para frear os efeitos da insegurança social gerada pela difusão do trabalho precário e retirada do bem-estar social está presente em toda a Europa. Isso pode ser visto no aumento espetacular das taxas de encarceramento em grande parte dos países-membros da União Européia nas últimas duas décadas; na maciça sobre-representação, na população encarcerada, de imigrantes não-europeus e de pessoas de cor, assim como de traficantes de drogas e viciados que são rejeitados pelo mercado de trabalho; no endurecimento das políticas penais, mais abertamente voltadas à incapacitação do que à reabilitação, e tacitamente guiadas

pelo princípio de “menor elegibilidade”; e na superpopulação de estabelecimentos carcerários, que reduzem o aprisionamento à sua função de isolar os indesejáveis. Mudanças recentes nos discursos públicos sobre desordem urbana revelam um impulso similar na direção de um tratamento penal para a pobreza e de deslocamentos que, paradoxalmente, surgem do mutilamento da capacidade de intervenção social do Estado. Tem-se fundamento então para prever que uma convergência “descendente” da Europa no campo social, acarretando futuras desregulações do mercado de trabalho e o contínuo esgarçamento da rede de segurança coletiva, irá inevitavelmente resultar em uma convergência “ascendente” no campo penal e uma nova explosão de inflação carcerária através do continente (Wacquant, 1999).

Apesar dos colossais custos fiscais e sociais do confinamento em massa das populações pobres e dilaceradas, aprisionamento permanece uma sedutora solução “tapaburacos” para a grande quantidade de desarranjos urbanos, mesmo nas sociedades mais liberais (Christie, 1997). Mas, a parte dos poderosos obstáculos políticos e culturais que permanecem no caminho da distribuição por atacado da carceralização da miséria inerente na maquiagem dos Estados social-democratas na Europa, o refreamento punitivo deixa intocadas as raízes da causa da nova pobreza. A terceira, e progressista, resposta para a polarização urbana a partir de baixo aponta para uma fundamental *reconstrução do Estado de bem-estar* que colocaria sua estrutura e políticas de acordo com as emergentes condições sociais e econômicas. Inovações radicais, tais como a instituição de um salário do cidadão (ou concessão de renda incondicional) desvinculariam a subsistência do trabalho, expandiriam o acesso à educação durante a vida e efetivamente garantiriam acesso universal aos bens públicos, como moradia, saúde e transporte, que são necessárias para expandir os direitos sociais e interromper os efeitos perniciosos da transformação do trabalho assalariado (Van Parijs, 1996). No final das contas, esta terceira opção é a única resposta viável para o desafio que a marginalidade avançada coloca para as sociedades democráticas, enquanto elas se preparam para cruzar o limiar do novo milênio.

BIBLIOGRAFIA

- BJÖRGO, T. e WHITE (Eds.) (1993) *Racist Violence in Europe*. New York: St Martin's.
- CARNOY, M. et al. (1993) *The New Global Economy in the Information Age*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- CHRISTIE, N. (1998) "Eléments de géographie pénale". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 124, (September): 68-74.
- CROSS, M. (Ed.) (1992), *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DAMER, S. (1989) *From Moorepark to "Wine Alley": The Rise and Fall of a Glasgow Housing Scheme*. Edimburgh: Edimburg University Press.
- ENGBERSEN, G. (1997) *In de schaduw van morgen. Stedelijke marginaliteit in Nederland*. Amsterdam: Boom.
- ESPING-ANDERSEN, G. (Ed.) (1993) *Changing Classes: Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*. Newbury Park: Sage.
- EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY (1989) *Underground Economy and Irregular Forms of Employment: Synthesis Report and Country Monographies*. Bruxelles: mimeo.
- HADJMICHALIS, C. and David SADLER (Eds.) (1995), *Europe at the Margins: New Mosaics of Inequality*. Nova York: Wiley and Sons.
- HAÜBERMAN, H., M. KRONAUER, and W. SIEBEL (Eds.) (no prelo), *Die Neue Armut und Exklusion in der Stadt*. Frankfurt: Suhrkamp.
- KANGAS, O. (1991) *The Politics of Social Rights*. Estocolmo: Institute for Social Research
- MABIT, R. (Ed.). (1995), *Le travail dans vingt ans. Rapport de la Commission présidée par Jean Boissonnat*. Paris: Odile Jacob.
- MACDONALD, C.L. C. SIRIANNI (Eds.) (1996), *Working in the Service Economy*. Filadelfia: Temple University Press.
- MCFATE, K., R. LAWSON. e W.J. WILSON (Eds.) (1995), *Poverty, Inequality and Future of Social Policy*. Nova York: Russell Sage Foundation .
- MINGIONE, E. (Ed.)(1996), *Urban Poverty and the Underclass*. Oxford: Basil Blackwel .
- MOLLENKOPF, J. H. e M. CASTELLS. (Eds) (1991), *Dual city: Restructuring New York*, Nova York: Russell Sage Foundation.
- MOORE, R. (1989), "Ethnic Division and Class in Western Europe", in R. SCASE (Ed.) , *Industrial Societes: Crisis and Division in Western Capitalism and State Socialism*. Londres: Allen and Unwin.
- MUSTERD, S. (Ed.) (1994) Edição especial sobre "A Rising European Underclass?", *Built Environment*, 20-3, 1994.
- NOIRIEL, G., *Le Creuset français* . Paris: Editions du Seuil.
- RIFKIN, J. (1995) *The End of Work: The Decline of the Global Work Force and the Dawn of the Post-Market Era*. Nova York: G.P. Putnam's Sons.

- ROTHMAN, D. (1995) "American Criminal Justice Policies in the 1990s", in T. G. BLOMBERG and S. COHEM (Eds.), *Punishment and Social Control*. Nova York: Aldine de Gruyter.
- SASSEN, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- TRIBALAT, N. (1995) *Faire France. Une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: La découverte.
- VAN KEMPEN, R e P. MARCUSE (Eds.) (1998), *The New Spatial Order of Cities*. Cambridge: Blackwell.
- VAN PARIJS, P. (1996), *Refonder la solidarité*. Paris: Editions du Cerf.
- WACQUANT, L. (1996 a) "The Rise of Advanced Marginality: Notes on Its Nature and Implications". *Acta Sociologica*, 39-2, pp, 121-139.
- _____ (1995b) "Red Belt, Black Belt: Racial Division, Class Inequality, and the State in the French Urban Periphery and the American Ghetho", in E. MINGIONE (Ed.), *Urban Poverty and the Underclass*. Oxford: Basil Blackwel.
- _____ (1997 a) "Les pauvres en pâture: la nouvelle polique de la misère en Amérique", *Hérodote*, 85, Primareva, pp. 21-33.
- _____ (1998) "L'ascension de État pénal en Amérique". *Actes de la recherche en sciences sociales* 124 (September): 7-26.
- _____ 1999. *Les prisons de la misère*. Paris: Editions Liber-Raisons d'agir.
- WRENCH J. e SOLOMOS (Eds.) (1999), *Racism and Migration in Western Europe*. Nova York: Berg.
- YONG , Jock. 1999. *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime, and Difference in Late Modernity*. Londres: Sage.